

No. 41667

**Brazil
and
Namibia**

**Protocol of Intentions between the Government of the Federative Republic of Brazil
and the Government of the Republic of Namibia on technical cooperation in the
area of agrarian development. Windhoek, 7 November 2003**

Entry into force: *7 November 2003 by signature, in accordance with article 6*

Authentic texts: *English and Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 22 July 2005*

**Brésil
et
Namibie**

**Protocole d'intentions entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil
et le Gouvernement de la République de Namibie relatif à la coopération
technique dans le domaine du développement agricole. Windhoek, 7 novembre
2003**

Entrée en vigueur : *7 novembre 2003 par signature, conformément à l'article 6*

Textes authentiques : *anglais et portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 22 juillet 2005*

[ENGLISH TEXT — TEXTE ANGLAIS]

PROTOCOL OF INTENTIONS BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF
THE REPUBLIC OF NAMIBIA ON TECHNICAL COOPERATION IN THE
AREA OF AGRARIAN DEVELOPMENT

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Namibia (hereinafter referred to as "Parties"),

Encouraged by the desire to strengthen the ties of friendship and fraternity existing between the two countries and peoples;

Considering that the relations of technical cooperation have been bolstered and supported by the Basic Agreement on Technical Cooperation between the Governments of the Federative Republic of Brazil and the Republic of Namibia, signed on March 7th 1995;

Confirming their allegiance to the objectives and principles of the Charter of the United Nations;

Imbued with a spirit of full independence, respect for sovereignty, non-intervention in internal matters of each State, and reciprocity of interests;

Therefore, the Parties have agreed as follows:

Article 1

The Parties commit themselves, and whenever requested to do so, to mutual assistance in the field of technical cooperation in the domain of agrarian development, to be accomplished mainly in the following areas:

- a) Land reform and agrarian reorganization strategies;
- b) Beneficiary support
- c) Relations between Government, social movements and settler communities;
- d) Institutional development, mainly regarding relations between the three levels of Government;
- e) Issues concerning gender, race and rural youth;
- f) Health, education and social themes, as well as public policies for the promotion of household agriculture;
- g) Agrarian production;
- h) Other areas considered by the Parties suitable for the accomplishment of their common interests.

Article 2

The implementation of activities in the areas foreseen in Article 1 shall be effected by means of complementary agreements, founded on the Basic Agreement on Technical Co-

operation between the Governments of the Federative Republic of Brazil and the Republic of Namibia, signed on March 7th, 1995.

Article 3

For the implementation of technical cooperation projects in the domain of agrarian development, conceived under the scope of future arrangements, the Parties may establish partnerships with public and private sector institutions, international organizations and entities, as well as with non-governmental organizations.

Article 4

1. Matters related to technical cooperation in the domain of agrarian development shall be implemented, on the Brazilian side, by the Ministry of Agrarian Development, and coordinated by the Brazilian Cooperation Agency, of the Ministry of External Relations.

2. Matters related to technical cooperation in the domain of agrarian development shall be coordinated and implemented, on the Namibian side, by the competent sections of the Ministry of Lands, Resettlement and Rehabilitation.

Article 5

The Parties shall convene in order to negotiate the terms of the cooperation to be developed, as well as agreements and projects.

Article 6

The present Protocol of Intentions shall come into force on the date of its signature and shall be valid for the period of two (2) years, being renewable for a further two (2) years, by diplomatic channels between the Parties.

Article 7

Each Party may denounce the present Protocol of Intentions within at least six (6) months before the date of its expiration through notification by diplomatic Note to the other Party.

Done in Windhoek, on 7 November 2003, in two original texts, in the Portuguese and English languages, both being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

MIGUEL ROSSETTO

For the Government of the Republic of Namibia:

HIFIKEPUNYE POHAMBA

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA NAMÍBIA SOBRE COOPERAÇÃO
TÉCNICA NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Namíbia
(doravante denominados “Partes”),

Animados pela vontade de estreitar os laços de amizade e de fraternidade existentes entre os dois países e povos;

Determinados a desenvolver e aprofundar as relações de cooperação;

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República da Namíbia, firmado em 7 de março de 1995;

Confirmando a sua fidelidade aos objetivos e princípios da Carta da Organização das Nações Unidas;

Em uma base de plena independência, respeito pela soberania, não ingerência nos assuntos internos de cada Estado e reciprocidade de interesses;

As Partes acordaram o seguinte:

ARTIGO 1

As Partes comprometem-se, em regime de reciprocidade e quando para tanto solicitadas, à prestação mútua de cooperação técnica no domínio de desenvolvimento agrário, e a empreenderem ações de colaboração principalmente nas seguintes áreas:

a) Estratégias para reforma agrária e o reordenamento agrário;

b) Apoio a beneficiários;

- c) Relacionamento entre o Governo, os movimentos sociais e as comunidades de assentados;
- d) Desenvolvimento institucional, principalmente no que tange ao relacionamento entre os três níveis de Governo;
- e) Temas relacionados a gênero, raças e juventude rural;
- f) Políticas em saúde, educação e assuntos sociais, e políticas públicas dirigidas à promoção da agricultura familiar;
- g) Produção;
- h) Outras áreas que as Partes considerem adequadas à realização dos seus interesses.

ARTIGO 2

A implementação de ações nas áreas previstas no item 1, acima, será efetivada por meio de ajustes complementares, fundamentados no Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia, firmado em 7 de março de 1995;

ARTIGO 3

Para a implementação dos projetos de cooperação técnica no domínio de desenvolvimento agrário, concebidos sob a égide dos futuros ajustes, as Partes poderão estabelecer parcerias com instituições dos setores público e privado, organismos e entidades internacionais, bem como com organizações não-governamentais.

ARTIGO 4

1. Os assuntos relativos à cooperação técnica do domínio de desenvolvimento agrário serão executados, do lado brasileiro, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério de Relações Exteriores.

2. Os assuntos relativos à cooperação técnica no domínio de desenvolvimento agrário serão coordenados e executados, do lado namibiano, pelos setores competentes do Ministério de Terras, Reassentamento e Reabilitação;

ARTIGO 5

As Partes deverão realizar reuniões para negociar os termos da cooperação a ser desenvolvida, assim como dos acordos e projetos.

ARTIGO 6

O presente Protocolo de Intenções entrará em vigor na data de sua assinatura e deverá ter vigência de (2) anos, sendo renovável por mais (2) anos, por meio de Nota diplomática entre as Partes Contratantes.

ARTIGO 7

Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Protocolo de Intenções com antecedência mínima de 6 (seis) meses da data do término de sua vigência, mediante notificação por Nota diplomática à outra Parte.

Feito em Windhoek, em 7 de novembro de 2003, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
MIGUEL ROSSETTO
Ministro do Desenvolvimento
Agrário



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA NAMÍBIA
HIFIKEPUNYE POHAMBA
Ministro das Terras, Reas-
sentamento e Reabilitação

[TRANSLATION - TRADUCTION]

PROTOCOLE D'INTENTIONS ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA
RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE
LA RÉPUBLIQUE DE NAMIBIE RELATIF À LA COOPÉRATION TECH-
NIQUE DANS LE DOMAINE DU DÉVELOPPEMENT AGRAIRE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République de Namibie (ci-après dénommés les "Parties"),

Encouragés par le désir de resserrer les liens d'amitié et de fraternité existant entre les deux pays et leurs peuples;

Considérant que leurs rapports de coopération technique ont été renforcés et appuyés par l'Accord de base relatif à la coopération technique entre les Gouvernements de la République fédérative du Brésil et de la République de Namibie, signé le 7 mars 1995;

Réaffirmant leur entière adhésion aux objectifs et aux principes de la Charte des Nations Unies;

Animés d'un esprit de totale indépendance, de respect de la souveraineté, de non-ingérence dans les affaires intérieures de chaque Etat et de réciprocité d'intérêts;

Sont, partant, convenus de ce qui suit :

Article premier

Les Parties s'engagent à fournir, sur demande, une assistance mutuelle dans le domaine de la coopération technique en matière de développement agricole; cette coopération sera pour l'essentiel réalisée dans les domaines suivants :

- a) Stratégies de réforme foncière et de réorganisation agricole;
- b) Appui aux bénéficiaires;
- c) Rapports entre les pouvoirs publics, les mouvements sociaux et les colonies agricoles;
- d) Développement d'institutions, notamment en ce qui concerne les relations entre les trois niveaux de l'Administration;
- e) Questions touchant à la condition des femmes, aux problèmes raciaux et à la jeunesse rurale;
- f) Questions touchant à la santé, à l'éducation, aux problèmes sociaux et aux mesures publiques destinées à promouvoir l'agriculture domestique;
- g) Production agricole;
- h) Autres domaines que les Parties estiment se prêter à la réalisation de leurs intérêts communs.

Article 2

La mise en oeuvre des activités dans les domaines visés à l'article premier s'effectuera au moyen d'accords complémentaires fondés sur l'Accord de base relatif à la coopération technique entre les Gouvernements de la République fédérative du Brésil et de la République de Namibie, signé le 7 mars 1995.

Article 3

Aux fins de l'exécution des projets de coopération technique dans le domaine du développement agricole conçus dans le cadre d'arrangements futurs, les Parties peuvent établir des partenariats avec des institutions des secteurs public et privé, des organisations internationales et des entités ainsi qu'avec des organisations non gouvernementales.

Article 4

1. Les questions relatives à la coopération technique dans le domaine du développement agricole seront mises en oeuvre, pour ce qui est du Brésil, par le Ministère du développement agricole, et coordonnées par l'Agence brésilienne de coopération du Ministère des relations extérieures.

2. Les questions touchant à la coopération technique dans le domaine du développement agricole seront coordonnées et mises en oeuvre, pour ce qui est de la Namibie, par les sections compétentes du Ministère des terres, de la réinstallation et de la réhabilitation.

Article 5

Les Parties tiendront des réunions afin de négocier les modalités de la coopération à réaliser ainsi que les accords et projets.

Article 6

Le présent Protocole d'intentions entrera en vigueur à la date de sa signature et produira ses effets pendant une période de deux (2) ans; après quoi, il sera reconduit pour deux nouvelles années par la voie diplomatique entre les Parties.

Article 7

Chaque Partie peut dénoncer le présent Protocole d'intentions dans un délai de six (6) mois au moins avant la date d'expiration moyennant notification par une Note diplomatique adressée à l'autre Partie.

Fait à Windhoek, le 7 novembre 2003, en deux exemplaires originaux, en langues portugaise et anglaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

MIGUEL ROSSETO

Pour le Gouvernement de la République de Namibie :

HIFIKEPUNYE POHAMBA

